

Paraopeba

**Relatório das demandas
ocasionadas pelas enchentes
nas REGIÕES 1 e 2, em janeiro de 2022,
para as Instituições de Justiça**

Relatório Técnico

(GT - CRISE) | 2022/2023



**Relatório das demandas
ocasionadas pelas enchentes
nas REGIÕES 1 e 2, em janeiro de 2022,
para as Instituições de Justiça**

(GT - CRISE)
2022/2023

Belo Horizonte | Junho/2022

 **Aedas**

O presente relatório possui o objetivo de mensurar, de forma qualitativa, as demandas ocasionadas pelas enchentes nos municípios da Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme), para promover a participação informada junto às comunidades atingidas pelo rompimento da barragem da empresa Vale S/A, em Brumadinho. Para a construção do relatório foram utilizadas as informações colhidas por meio de formulário aplicado junto às pessoas atingidas que relataram perdas, entre os dias 10/01/2022 e 10/03/2022, acrescido da escuta ativa promovida nos espaços presenciais de Grupos de Atingidos e Atingidas - GAAs. A AEDAS realizou espaços virtuais nas comunidades entre os dias 10 e 17 de fevereiro de 2022. Os GAAs *Danos das Enchentes* colheram relatos, queixas, perdas e inseguranças da população diante do ocorrido. Algumas demandas foram oficializadas aos municípios, órgãos do Estado de Minas Gerais e às Instituições de Justiça, solicitando informações e providências. Destacamos que as informações e dados levantados nos GAAs estão em fase de sistematização. Assim, oportunamente, será possível compartilhar tais informações com maior detalhamento, caso seja necessário.

O rompimento da Barragem B-1 em Brumadinho, causou o lançamento nas redes de drenagem diretamente localizadas à jusante da barragem 11,7 milhões de m³ de rejeito (LAUDO No 3565/2019 – NUCRIM/SETEC/SR/PF/SP). Este processo contribuiu para diminuir a profundidade da rede de drenagem, que perde a capacidade anteriormente existente de escoar a água da chuva gerando, portanto, potenciais agravamentos dos eventos de inundação. A contaminação do Rio Paraopeba inviabilizou as atividades, impactou na moradia digna e no bem-estar, na saúde física e emocional das pessoas atingidas. Entre os principais danos ocorridos pós rompimento estão a alteração da paisagem, a contaminação da região atingida, assoreamento do rio Paraopeba e cursos d'água adjacentes e consequente aumento do risco de inundações. Tanto a composição dos sedimentos quanto a quantidade e o padrão de movimentação das partículas foram modificadas. Esse fenômeno é responsável por diversos danos ambientais como a alteração da forma do rio, modificação do padrão de escoamento das águas e o assoreamento dos cursos d'água. Todos estes danos somados e a intensidade dos períodos de chuva afetam diretamente os eventos de enchentes

e inundações ao longo do Rio Paraopeba, mesmo em pontos distantes da região do desastre. Quanto às condições dos solos pós rompimento, o peso da grande quantidade de rejeitos depositados e movimentados reduziu a taxa de infiltração de água no solo tornando-o muito menos permeável. Com isso, a água não consegue penetrar no solo da mesma forma que antes, passando a escoar em maiores quantidades. Assim, a água das chuvas tende a se acumular em maior volume nos locais mais baixos, provocando o aumento da possibilidade de inundações. A vegetação arrancada e/ou soterrada pelo rejeito também contribui com tal dano, uma vez que as árvores cumprem o papel de diminuir a velocidade de escoamento da água. Os efeitos da interrupção e/ou redução destes serviços ecossistêmicos além de aumentar a possibilidade de inundações e enchentes são fatores de revitimização pois repercutem na continuidade e ampliação de danos assim como também geram novos danos materiais e imateriais que se estendem até as áreas mais baixas da Região 2, cujas comunidades são mais adensadas. Em vista ao já exposto, em janeiro de 2022 os danos se agravaram devido as enchentes sofridas que transformaram a relação das famílias atingidas e alterando todo o modo de vida.

As chuvas que caíram sobre os territórios acompanhados/assessorados pela AEDAS no mês de janeiro de 2022 superaram as médias históricas para o mesmo período em anos anteriores, assim como foram as maiores chuvas de janeiro no Brasil. Dessa forma, trouxeram um aumento do volume de água que precipitou, nas regiões 1 e 2, sobre cursos d'água assoreados e sobre um ambiente já deteriorado pelo rompimento, potencialmente contaminado e com os serviços ecossistêmicos relacionados à drenagem e escoamento seguro da água prejudicados. Consequentemente, várias regiões foram alagadas. Muitas famílias deixaram suas casas ou permaneceram enfrentando os riscos, como deslizamentos de terra, desabamentos e o solo contaminado. Diante da situação a AEDAS criou o Comitê de Crise, grupo formado por técnicos das equipes temáticas, que promoveram diversas consultas nas comunidades atingidas com objetivo de identificar os danos resultantes das enchentes. O formulário de demandas preenchido pela equipe de mobilização com as famílias que manifestavam danos sofridos e os *GAA's Danos das Enchentes* foram consequentes à criação do Comitê e permitiram conhecer detalhes do ocorrido.

Principais danos e principais demandas

As principais demandas observadas estiveram relacionadas à necessidade de abrigo seguro, de alimentação, de vestuário, de produtos de higiene, de limpeza e de proteção contra o Covid-19, de acesso à água potável e à energia elétrica. Sobressaíram também as demandas por informações de toxicidade da lama e da poeira, que permaneceu nas comunidades, e os laudos técnicos referentes a segurança das moradias.

Estão destacados abaixo os principais danos identificados pelas equipes nos territórios e pelos relatos nos espaços participativos dos GAA's Danos das Enchentes:

- Alagamentos e invasão de lama nas residências e terrenos (quintais e pastos), provocando perdas materiais como móveis, eletrodomésticos, artigos pessoais e de trabalho, alimentos, entre outros;
- Surgimento de alergias e manchas na pele devido ao contato com a água e lama proveniente das cheias dos rios e córregos;
- Transtornos com a retirada de pessoas deficientes e acamadas que necessitavam acompanhamentos;
- Deslizamentos de terra e abalo às estruturas dos imóveis, como rachaduras, infiltrações e desabamentos de casas e muros, provocando avarias totais ou parciais nas moradias e famílias desabrigadas;
- Insegurança das famílias com as moradias condenadas pela Defesa Civil, encaminhadas temporariamente para aluguel social;
- Transtornos e dificuldades financeiras para o deslocamento dos estudantes alojados em aluguel social cujas moradias foram destruídas.
- Interrupção de vias e do transporte público, deixando muitas pessoas ilhadas, sem acesso aos serviços necessários, recebimento de água potável para consumo humano e dos animais;
- Perda e soterramento dos quintais produtivos, afetando a alimentação e a fonte de renda, além do receio da possível contaminação do solo e da impossibilidade de continuidade dos cultivos devido a isso;

- Morte de animais de estimação e de criação, afetando diretamente fontes de renda e o aspecto imaterial da criação de animais;
- Perda de cisternas devido a entrada da lama, contaminação e soterramento, privando muitas famílias do acesso a água para consumo humano, limpeza das casas e dessedentação animal;
- Interrupção de energia elétrica e de água pelas concessionárias, em algumas localidades, deixando muitas famílias sem eletricidade e sem acesso à água para consumo humano, animal e limpeza das moradias;
- Avaria no transformador de distribuição de energia elétrica do Residencial FHEMIG em São Joaquim de Bicas, devido sobrecarga com a utilização para a distribuição de água pela empresa Vale S/A, para a comunidade.
- Sobrecarga no trabalho doméstico e aumento de doenças respiratórias na população devido aumento da poeira potencialmente contaminada em razão do rompimento após as águas baixarem e a chuvas cessarem.
- O aumento da dificuldade de encontrar imóveis em Brumadinho após avaliações de órgãos públicos sobre as condições das casas atingidas e com riscos.
- Situação de desabrigo nas Unidades Tradicionais Territoriais (UTT's).

Além dos danos materiais causados pela chuva e pela lama trazida pelas enchentes outros danos impactaram a saúde física e mental das pessoas atingidas:

- Perda dos lares e de todos os bens afetivos das famílias, carregando consigo as histórias e o trabalho envolvido na construção das moradias;
- Perda de plantações comerciais, de consumo próprio e de árvores frutíferas com valor afetivo, além de receio pela possível contaminação do solo e impossibilidade de continuidade do cultivo;
- Tensão e estado de alerta constante por medo das outras barragens próximas se romperem quando consideradas de risco, agravados pela falta de informações confiáveis sobre a situação das barragens e pela falta de garantia da não repetição do desastre;

- Sentimento de pânico e apreensão por causa do ilhamento das comunidades próximas das áreas de mineração e barragens que tiveram vazamentos;
- Dificuldades e desencontros de informações sobre as situações de calamidade e receio de novos desastres;
- Insegurança alimentar e ou medo causado pela vivência ou possibilidade de insegurança alimentar ao longo do período das chuvas intensas;
- Instabilidade emocional com o futuro da comunidade e da rede de vizinhos;
- Receio de contaminação pelo contato com a lama e os dejetos de minério;
- Ampliação das doenças mentais, respiratórias e de pele devido ao contato com águas das enchentes, sobrecarga de trabalhos domésticos e posterior excesso de partículas suspensas.
- Agravamento aos danos e perdas relacionadas à tradicionalidade e à memória coletiva e a tradição oral das comunidades tradicionais.

Formulário - Instrumento de acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade

A aplicação do formulário permitiu identificar muitas questões de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade resultantes das enchentes de janeiro de 2022. O formulário era simples e de emergência, não destinado a grandes aprofundamentos e detalhes em relação aos danos, mas demonstrou ser uma considerável ferramenta para quantificar a escuta das pessoas atingidas naquele momento.

Durante o período, foram realizados 146 formulários pela equipe de Mobilização, referentes ao território abrangido pela R1, sendo 53 casos de 43 comunidades e 12 bairros do município de Brumadinho. Na R2 ocorreram 83 casos nos 6 municípios, em 25 comunidades. Totalizando aproximadamente 499 pessoas atingidas atendidas, entre crianças, mulheres, adultos e idosos.

Demandas por Município e Região

ALIMENTAÇÃO

Os relatos demonstram a perda e a falta de alimento relacionados aos isolamentos da região e questões socioeconômicas dos atingidos e atingidas, agravados pelas enchentes.

Alimentação
Região 1 - 17 demandas relativas à alimentação localizadas nas comunidades/bairros: Brumadinho: Aranha, Centro, Coronel Eurico, Córrego das Almas, Eixo Quebrado, Marques, Melo Franco, Parque das Cachoeiras, Pires, Q. Marinho, Q. Rodrigues, R. Amianto, Retiro do Brumado, São Conrado, Sol Nascente. Além destas os relatos também apresentaram demandas relativas as crianças pequenas incluindo nesta: leite, alimentação específica e fraldas, nas seguintes comunidades: Aranha, Eixo Quebrado, Pires e Sol Nascente.
Região 2 - 31 demandas localizadas nas comunidades: Betim: Alto do Boa Vista, Assentamento 2 de Julho, Colônia Santa Isabel, Cruzeiro, Monte Calvário, São José, Sol Nascente, Vila Nova e Vila Rica. Mário Campos: Campo Verde e Vila da Amoreiras. Igarapé: Bervely e Santa Ana. São Joaquim de Bicas: Boa Esperança, FHEMIG e Paciência. Juatuba: Satélite.

Os relatos também apresentaram demandas relativas às crianças pequenas para leite, alimentação específica e fraldas, nas seguintes comunidades:

Região 1 - 11 demandas estavam localizadas nas comunidades: Brumadinho: Aranha, Córrego de Almas, Coronel Eurico, Eixo Quebrado, Pires, Retiro do Brumado, Sol Nascentes e São Conrado.
Região 2 - 09 demandas estavam localizadas nas comunidades: Betim: Alto do Boa Vista, Colônia Santa Isabel, Cruzeiro, Monte Calvário, Sol Nascente, Vila Nova e Vila Rica Mário Campos: Vila da Amoreiras e Vila Ondina Igarapé: Bervely e Santa Ana São Joaquim de Bicas: Boa Esperança. Juatuba: Satélite.

ÁGUA POTÁVEL

Os relatos demonstram danos relacionados a perda e a falta de água para abastecimento e limpeza, consumo humano e animal, com preocupações com contaminação, questões socioeconômicas e isolamentos das pessoas atingidas. Os danos foram agravados pelas enchentes, por obstrução de vias de acesso, destruição de rede e baixa capacidade de energia elétrica para distribuição no caso do transformador de energia elétrica do residencial FHEMIG com avarias.

Água Potável
Região 1 - Foram solicitadas 27 demandas nas comunidades ou bairros:

Brumadinho: Bela Vista, Centro, Eixo Quebrado, Melo Franco, Parque da Cachoeira, Pires, Q. Rodrigues, Rua Amianto, São Conrado, São José, Sol Nascente e Tejuco.
Região 2 - Foram 27 demandas das comunidades ou bairros:
Betim: Alto do Boa Vista, Assentamento 2 de Julho, Charneca, Colônia Santa Isabel, Cruzeiro, Monte Calvário, Sol Nascente, São José, Vila Nova e Vila Rica
Mario Campos: Campo Verde, Vila das Amoreiras e Vila Ondina
Igarapé: Bervely e Santa Ana
São Joaquim De Bicas: FHEMIG, Paciência e Tereza Cristina

ATENDIMENTO POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Os relatos registraram demanda por atendimento de casos de saúde física devido a adoecimentos preexistentes ou agravamento durante e após as chuvas, por contaminação por COVID 19, bem como por atendimentos em saúde mental.

Atendimento por profissionais de saúde
Região 1 - Foram 19 demandas pelas comunidades/bairros:
Brumadinho: AVABRUM, Centro, Coronel Eurico, Córrego de Almas, Eixo Quebrado, Melo Franco, Parque da Cachoeira, Pires, Progresso, São Conrado e Sol Nascente.
Região 2 - Foram 15 demandas pelas comunidades/bairros:
Betim: Charneca, Monte Calvário, Sol Nascente, Vila Nova e Vila Rica
Juatuba: Ponte Nova
Mario Campos: Campo Verde e Vila das Amoreiras
São Joaquim De Bicas: FHEMIG, Paciência e Vale do Sol I e II.

MEDICAMENTOS

Os relatos indicam dificuldades de acesso e deslocamentos para conseguir medicamentos em casos de situações crônicas relacionados às questões de isolamento.

Medicamentos
Região 1 - Recebeu 08 solicitações das comunidades/bairros:
Brumadinho: Centro, Córrego das Almas, Melo Franco, Pires, R. Amianto, Retiro do Brumado e São José do Paraopeba
Região 2 - foram 13 solicitações de:
Betim: Monte Calvário, São José e Vila Nova.
Mario Campos: Campo Verde e Vila das Amoreiras
São Joaquim De Bicas: Paciência e Tereza Cristina
Igarapé: Bervely e Santa Ana.

VESTUÁRIO

Os relatos demonstram a falta de toalhas de banho, roupa de cama, bermudas, calças, peças íntimas relacionadas às perdas dos vestuários nas enchentes.

Vestuário

Região 1 - 10 solicitações para as seguintes comunidades/ bairros:
Brumadinho: Aranha, Centro, Melo Franco Pires, Progresso I e II, São José do Paraopeba e Sol Nascente.
Região 2 - 18 solicitações para as seguintes comunidades/ bairros:
Betim: Colônia Santa Isabel, Cruzeiro, Monte Calvário, São José, Sol Nascente, Vila Nova e Vila Rica;
Mario Campos: Campo Verde e Vila da Amoreiras
Igarapé: Santa Ana
São Joaquim De Bicas: Boa Esperança, FHEMIG.

ITENS BÁSICOS

Os relatos demonstraram a necessidade de itens de higiene pessoal (incluindo absorventes) e itens de proteção individual contra a COVID-19 relacionados a falta de recurso agravados pelas enchentes ou dificuldades de deslocamento para aquisição.

Itens básicos
Região 1 - Foram feitas 27 solicitações das comunidades:
Brumadinho: Aranha, Eixo Quebrado, Pires, Q. Marinho e Sol Nascente.
Região 2 - as solicitações vieram das regiões:
Betim: Colônia Santa Isabel, Monte Calvário, São José, Sol Nascente, Vila Nova e Vila Rica
Mario Campos: Campo Verde, Vila das Amoreiras e Vila Ondina.
Igarapé: Bervely e Santa Ana
São Joaquim De Bicas: Boa Esperança, FHEMIG e Paciência.
Juatuba: Satélite.

LIMPEZA

Os relatos demonstram a necessidade de material de limpeza e equipamentos de uma forma geral, tendo em vista a falta de recursos agravados pelas enchentes bem como as dificuldades de deslocamento para a aquisição.

Limpeza
Região 1 - foram 29 solicitações para as seguintes comunidades/ bairros:
Aranha, Centro, Coronel Eurico, Córrego de Almas, Gomes, Marques, Melo Franco, Parque da Cachoeira, Pires, Progresso I e II, Rua Amianto, São Conrado, São José do Paraopeba e Sol Nascente.
Região 2 - 38 solicitações vieram das seguintes comunidades/bairros:
Betim: Alto do Boa Vista, Assentamento 2 de Julho, Charneca, Colônia Santa Isabel, Monte Calvário, São José, Sol Nascente, Vila Nova e Vila Rica
Mario Campos: Campo Verde, Reta do Jacaré, Vila das Amoreiras e Vila Ondina.
São Joaquim De Bicas: FHEMIG e Paciência.
Juatuba: Satélite.

MORADIA E INFRAESTRUTURA

Os relatos demonstraram perdas e riscos em relação às moradias e infraestruturas, com os seguintes detalhamentos: alagamento, quebra de telhados, rupturas, trincas, fissuras, desbarrancamento de encostas, obstrução de vias de acesso; perigo de quedas de muros e estruturas, mofo, paredes úmidas e goteiras. Muitas queixas e incertezas de famílias que tiveram que sair de suas moradias para casas de parentes ou aluguel social por um período máximo de 3 meses, o que impactou no cotidiano dos modos de vida como escola e trabalho.

Moradia e Infraestrutura	
Região 1 - Foram 33 demandas das seguintes comunidades/ bairros:	
Aranha, Bela Vista, Centro, Coronel Eurico, Gomes, Marques, Melo Franco, Monte Cristo/ Córrego do Barro, Progresso I e II, Q. Ribeirão, Retiro do Brumado, R. Amianto, Santo Antônio, São Conrado, São José do Paraopeba, Sol Nascente e Tejuco. Registrou-se ainda via formulários, que família tiveram que sair de suas casas nas comunidades: Rua Amianto, Centro, Gomes, Melo Franco, Pires, Progresso I e II, Santo Antônio, São Conrado, São José do Paraopeba e Tejuco.	
• Demandas por realojamento – 14 – Progresso, Sol Nascente, Pires, Grajaú e Conceição do Itaguaí;	
Região 2 - 34 demandas das seguintes comunidades/ bairros:	
Betim: Alto do Boa Vista, Assentamento 2 de Julho, Charneca, Colônia Santa Isabel, Cruzeiro, Monte Calvário, Paquetá, São José, Sol Nascente, Vila dos Navegantes, Vila Nova e Vila Rica Mario Campos: Campo Verde, Reta do Jacaré, Vila da Amoreiras e Vila Ondina. Igarapé: Santa Ana São Joaquim De Bicas: Boa Esperança, FHEMIG e Paciência e Vale do Sol I e II. Juatuba: Satélite.	
• Realojamento – 16 famílias tiveram que sair de suas casas e 06 demandaram realojamento, nas seguintes comunidades:	
Betim: Assentamento 2 de Julho, Cruzeiro, Monte Calvário, Paquetá, São José, Sol Nascente e Vila Nova. Mario Campos: Campo Verde, Jardim Primavera e Vila da Amoreiras Igarapé: Santa Ana São Joaquim De Bicas: Boa Esperança, FHEMIG e Tereza Cristina.	

PERDA DE BENS MATERIAIS E DANOS OU PERDA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Os relatos demonstram perdas de bens materiais diversos e danos às suas atividades econômicas em diversas localidades com problemas de acesso, sendo 3 casos de deslizamentos; 07 interdições de estradas ou pontes; 08 transbordamentos de rios ou córregos; outros 03 na R1; e 01 interdição de estrada, 01 caso de deslizamento e 11 transbordamentos de rios ou córregos, na R2.

Perda de bens materiais e atividades econômicas
Região 1 - Foram 30 casos de perdas de bens materiais diversos e 28 casos de perda e/ou danos às suas atividades econômicas nas seguintes comunidades/ bairros:
Aranha, Bela Vista, Centro, Córrego das Almas, Coronel Eurico, Eixo Quebrado, Gomes, Marques, Melo Franco, Monte Cristo/ Córrego do Barro, Pires, Progresso I e II, Q. Marinho, Retiro do Brumado, R. Amianto, Santo Antônio, São Conrado, São José do Paraopeba, Sol Nascente e Tejuco.
Região 2 - Foram 11 casos de perdas de bens materiais diversos e 5 casos de perda e/ou danos às suas atividades econômicas nas seguintes comunidades/ bairros:
Betim: Colônia Santa Isabel, Cruzeiro e Sol Nascente
Mario Campos: Campo Verde
Igarapé: Bervely
Juatuba: Samambaia e Ponte Nova
São Joaquim De Bicas: Fhemig

ALIMENTAÇÃO ANIMAL

Os relatos demonstraram a necessidade de alimentos para animais, principalmente aves, relacionadas a falta de recurso e isolamento agravados pelas enchentes.

Alimentação Animal
Região 1 - Foram 14 demandas vieram dos seguintes bairros/comunidades:
Centro, Coronel Eurico, Córrego de Almas, Marques, Melo Franco, Pires, Progresso I e II, São Conrado e São José do Paraopeba.
Região 2 - 08 demandas vieram dos seguintes bairros/comunidades:
Betim: São José.
Mario Campos: Campo Verde e Vila das Amoreiras
São Joaquim De Bicas: FHEMIG e Paciência.

PCTRAMA

Os Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA) relataram que as enchentes geraram a impossibilidade de realizar suas atividades tradicionais em muitas comunidades. Importante salientar, ainda, o agravamento aos danos e perdas relacionadas à tradicionalidade. Danos já vivenciados pelas comunidades atingidas, sobretudo pelos Povos e Comunidades Tradicionais, agravam-se com o comprometimento das estruturas de templos religiosos, Além dos danos causados aos templos religiosos e à interrupção das práticas, houve casos de membros das Unidades Tradicionais Territoriais (UTT's) que ficaram desabrigados e um aumento da situação de vulnerabilidade de algumas famílias.

Nas comunidades quilombolas Marinhos, Sapé, Rodrigues e Ribeirão localizadas em Brumadinho e nas unidades de PCTRAMA, as inundações agravam, ainda mais, os danos causados à memória coletiva e a tradição oral da comunidade, com o comprometimento dos espaços coletivos, interrupção das relações de sociabilidade, práticas tradicionais e perda de bens de natureza material e simbólica.

Impedimento da realização dos ritos e atividades religiosas
10 comunicações sobre a impossibilidade de realizar suas atividades religiosas: Comunidades Tenda Espírita Cabocla Janaina; Terreiro Bakise Bantu Kasanje; Terreiro Cultural e Tradicional Casa do Pai Jaguaneiro; Templo de Umbanda Cigana Xangô e Iemanjá; Ilê Axé Alá Tooloribi; Ilê Àse Baba Jacunam Joei; Tenda de Preto Velho luz de Aruanda; Ngunzo Netos do Bate-folhinha; Centro Espírita Vovó Ana de Moçambique e Guarda de Congo e Moçambique Nossa Senhora do Rosário em Igarapé.

Danos aos espaços coletivos e estruturas
Risco da casa Matamba, cozinha comunitária e alojamentos no Terreiro Bakise Bantu Kasanje em Mateus Leme; da queda de muro e aumento da vulnerabilidade da UTT2 Ilê Olu Ayie em Juatuba; interrupção dos acessos e invasão da lama, o mofo, alagamento de plantações na UTT Ngunzo Netos do Bate-folhinha em Mário Campos; bloqueios de acesso e umidade nas paredes do Templo de Umbanda Cigana Xangô e Iemanjá; quebra de telhado e invasão de água no Centro Espírita Vovó Ana de Moçambique em Juatuba e na Tenda Cigana Guerreiros de Ogum em Betim.

Necessidade de deixar a comunidade
3 casos em que pessoas tiveram que sair de suas comunidades: Comunidades Ilê Axé Alá Tooloribi, Tenda de Preto Velho luz de Aruanda e Guarda de Moçambique Nossa Senhora do Rosario de Colônia Santa Isabel

Outras situações identificadas
01 solicitação de cuidados médicos; 01 solicitação de medicamento; 06 casos de perdas de bens materiais; 01 demanda de realojamento; 02 demandas de água potável e 06 de alimentação; 04 demandas de vestuário; 04 demandas de itens de higiene e necessidades básicas e 03 de itens de limpeza.

Ofícios encaminhados aos Órgãos/setores competentes.

A AEDAS manteve contato com diversos órgãos municipais e do Estado de Minas Gerais durante o período de janeiro a março de 2022. Os contatos foram estabelecidos por telefone, WhatsApp e ofícios enviado por e-mails que objetivaram obter informações sobre a situação das comunidades atingidas. Abaixo relacionamos os ofícios enviados:

R1 e R2
Às Instituições de Justiça.
Ofício: 181/2022 URGENTE - Ref.: Reestabelecimento do abastecimento de água potável para comunidades dos municípios de Brumadinho, Betim, Juatuba, Igarapé, Mário Campos e São Joaquim de Bicas – Regiões 1 e 2 assessoradas pela Aedas.
Ofício 0028/2022 Ref.: Solicitação de informações sobre a emissão de laudos técnicos pela Defesa Civil de Betim para os moradores da Colônia de Santa Isabel - R2 Data: 03/03/2022 Outros destinatários: Prefeito Municipal de Betim; Superintendente de Defesa Civil do Município de Betim; Defensora Pública do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.
Ofício: 0021/2022 - Ref.: Pedido de informação sobre a obstrução de vias de acesso ao bairro Paciência em São Joaquim de Bicas -R2, devido às cheias do Rio Paraopeba em janeiro de 2022 que impede, dentre outros, o abastecimento de água pela empresa Vale S/A. Data: 10/02/2022 Outros destinatários: Prefeito Municipal de São Joaquim de Bicas; Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de São Joaquim de Bicas; Coordenador de Defesa Civil do Município de São Joaquim de Bicas; Defensora Pública do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise. Atualização: Não houve ação da prefeitura de em São Joaquim de Bicas nem da empresa Vale S/A, mas a comunidade organizada providenciou uma via paliativa para o acesso que se encontra em estado precário.
Ofício:02/2022 Ref.: Plano de Ação Emergencial para as comunidades atingidas do Rio Paraopeba e seus afluentes, no mês de Janeiro de 2022, nos municípios de Brumadinho, Betim, Mário Campos, Juatuba, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Mateus Leme. Data: 20/01/2022 Destinatários: Prefeito Municipal de Brumadinho; Prefeito Municipal de Betim; Prefeito Municipal de Juatuba; Prefeito Municipal de Igarapé; Prefeito Municipal de Mário Campos; Coordenador de Defesa Civil do Município de Brumadinho; Superintendente de Defesa Civil do Município de Betim; Coordenador de Defesa Civil do Município de Juatuba; Coordenador de Defesa Civil do Município de Igarapé; Coordenadora de Defesa Civil do Município de Mário Campos; Coordenador de Defesa Civil do Município de Mateus Leme; Secretário de Meio Ambiente de Mateus Leme; Secretário de Administração Geral de Mateus Leme; Coordenadora de Defesa Civil do Município de São Joaquim de Bicas; 1ª Promotora de Justiça da Comarca de Brumadinho ; Defensora Pública do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise; DD. Promotor de Justiça Coordenador da CIMOS; Deputada estadual e presidenta da comissão de direitos humanos da ALMG.
Ofício 179/2022 URGENTE Ref.: Reestabelecimento do fornecimento de energia elétrica para comunidades dos municípios de Brumadinho, Betim, Mário Campos, Juatuba, Igarapé e São Joaquim de Bicas. - R1 e R2 Data: 14/01/2022 Destinatários: Defensora Pública do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise; Promotora de Justiça da Comarca de Brumadinho; Promotor de Justiça Coordenador da CIMOS; Defensora Pública do

Estado de Minas Gerais atuante na Comarca de Brumadinho; Diretor-Presidente da CEMIG; Deputada estadual e presidenta da comissão de direitos humanos da ALMG;
R1 - diversos órgãos
Ofício 0002/2022 - Centro de Referência de Assistência Social Especializado em Calamidades (CRASEC-Saúde) – Fornecimento de assistência psicológica - São Conrado, Parque das Cachoeiras, Progresso I e II; atendimento médico/ fornecimento de medicação Retiro do Brumado, R. Amianto, Córrego das Almas e Melo Franco
Ofício 0004/2022: Secretaria de Saúde de Brumadinho - serviços de saúde em situação de crise
Ofício 0005/2022 - Defesa Civil - avaliação de risco à residência para retorno – Q. Ribeirão, Tejuco e Pires; R. Amianto, Sol Nascente, São Conrado, Gomes e Progresso I e II;
Ofício 0009/2022 - Secretaria de Desenvolvimento Social de Brumadinho - Demanda de vulnerabilidade relativo à necessidade de alimentação, água, Itens de higiene, Limpeza e Vestuário em decorrência das enchentes -Brumadinho/MG.
Ofício 0012/2022: Secretaria de Saúde de Bonfim – demanda de saúde mental
Ofício 00014/2022: Secretaria de Desenvolvimento Social de Brumadinho - informações a respeito dos critérios de auxílio moradia transitória
Ofício 00015/2022 - Secretaria de Obras de Brumadinho – informações acerca de obras e serviços de residências impactadas pela chuva
Ofício 00017/2022 - Defensoria Pública - desabastecimento hídrico
Ofício: 010/22 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Brumadinho. Ref.: Solicitação de informações sobre obras obstruídas e reunião. Data: 07/02/2022
R2
À Defesa Civil
Ofício: 183/2022 - Bairro Bela Vista, Mario Campos.
Ofício: 0004/2022 - Sol Nascente, São José e Alto Boa Vista - Citrolândia, Betim/MG
Ofício: 0012/2022 - Monte Calvário e Paquetá - Betim/MG.
Ofício: 0017/2022 - Santa Ana - Igarapé/MG.
Ofício: 0018/2022 - Jardim Primavera, Mário Campos.
Às Secretarias de Assistência Social e Centros de Referência da Assistencial Social (CRAS)
Ofício: 175/2022- À Secretaria de Assistência Social de Márcio Campos.
Ofício: 178/2022 - Ao Centro de Referência da Assistencial Social (CRAS I), Jardim Alterosas - Betim/MG.
Ofício: 181/2022 - À Secretaria de Assistência Social de Betim.
Ofício: 007/2022 - Ao Centro de Referência da Assistência Social de Mário Campos.
Ofício: 0008/2022 - Ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Central - São Joaquim de Bicas.
Ofício: 0009/2022 - À Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Alto Boa Vista /Betim-MG.
Ofício: 0010/2022 - À Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Alto Boa Vista.
Ofício: 0011/2022 - À Secretarias Municipal de Assistência Social de Betim.

Ofício: 0014/2022 - À Secretaria Municipal de Assistência Social e Ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Citrolândia/Betim-MG.
Ofício: 0013/2022 - Ao Centro de Referência em Assistência Social Alto Boa Vista.
Ofício: 0018/2022 - A Secretaria Municipal de Assistência Social.
Ofício: 0027/2022 - À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Igarapé.
Ofício: 0030/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Mário Campos e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Mário Campos.
Secretarias e Unidades Básicas de Saúde
Ofício: 174/2022 - À Secretaria de Saúde de Márcio Campos.
Ofício: 181/2022 - À Secretaria de Saúde de Betim.
Ofício: 0003/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Betim.
Ofício: 0005/2022 - À Secretária Municipal de Saúde de São Joaquim de Bicas.
Ofício: 0006/2022 - À Secretária Municipal de Saúde.
Ofício: 0010/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde, UBS Citrolândia e CERSAM Colônia Santa Isabel.
Ofício: 0011/2022 - À Secretarias Municipal de Saúde.
Ofício: 0015/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Betim.
Ofício: 0018/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Mário Campos.
Ofício: 0020/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Igarapé.
Ofício: 00025/2022 -À Secretaria Municipal de Saúde de Mario Campos
Ofício: 0026/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Juatuba
Ofício: 0029/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Igarapé
Ofício: 0030/2022 - À Secretaria Municipal de Saúde de Mário Campos e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Mário Campos.
Centro de controle Zoonoses
Ofício: 0005/2022 - À Zoonoses de São Joaquim de Bicas.

Conclusões

No contexto das enchentes, inundações e dos riscos de desabamento das moradias, os casos de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade, alguns preexistentes às inundações, sofreram agravamento. A população atingida relata ou relatou a piora das condições de sobrevivência tendo em vista a necessidade da evacuação de suas residências, além de outros transtornos decorrentes.

Muitas famílias tiveram que se deslocar para locais de abrigo, seja com vizinhos, parentes e/ou instituições, ao passo que outras permaneceram ilhadas por tempo significativo. Para além de demandarem atendimento à saúde e o fornecimento de medicamentos, também precisaram de diversos itens básicos - especialmente água

potável, alimentação e gás, mas também material de higiene, fraldas, leite, vestuário, alimentação para os animais, produtos de limpeza, dentre outros. Em alguns casos, foi destacada a necessidade de alimentação para crianças pequenas e bebês, pessoas com deficiência e pessoas idosas. Solicitaram ainda serviços da Defesa Civil, por meio de laudos técnicos que pudessem subsidiar a conquista de direitos sociais, tal como o aluguel social. Em vários casos, as moradias já foram interditadas pela Defesa Civil, tendo em vista o risco à integridade física da família. Desta forma, muitos atingidos e atingidas demandam por políticas públicas que promovam a moradia digna e adequada. Muitos relataram que o aluguel social seria subsidiado pelo poder público durante 03 meses e não há retorno sobre o destino dessas famílias.

Em contexto de desolamento social, as pessoas relatam vivenciar sofrimento psicossocial, expressos em diferentes formas de abalo à saúde mental. Por tal razão, uma demanda de muitos é o acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico. Quanto à saúde física, as buscas por atendimentos são variadas, e se destacam os problemas dermatológicos, como coceiras, alergias e surgimento de erupções e caroços na pele, após contato com a lama e águas. Existe um cenário mais agravado por parte daqueles que, mesmo em situação de vulnerabilidade extrema, continuam sem receber qualquer auxílio financeiro em decorrência do rompimento. São os casos de pessoas bloqueadas pela Vale S/A, que esperam ansiosamente pelo novo cadastro do Programa de Transferência de Renda. E, sobre o acesso à água e abastecimento existem registros de comprometimento de danos a poços e fontes de água, mas não é possível ter certeza quanto a utilização de tais recursos pelas comunidades.

Por fim, já consolidado no direito ambiental brasileiro, em acordos e convenções internacionais e na recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (RESp n. 1.857.098), o direito à informação é direito meio para a realização dos diversos outros direitos e para a devida pacificação social, tão necessária num território assolado por um dos maiores crimes ambientais do país. Por tanto, faz-se justo – e necessário - a devida apuração da presença de lama tóxica oriunda do rompimento da barragem em Brumadinho e, conseqüentemente, dos danos decorrentes.



Esse material é uma produção da Aedas – Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social, que contribui para viabilizar a participação informada, controle social e organização das pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento das barragens BI, B-IV e B-IVA da Mina Córrego do Feijão da Vale S.A, no âmbito do Acordo Judicial firmado em fevereiro de 2021, entre as Instituições de Justiça, a Vale S.A e o Governo de Minas Gerais.